

RESENHA

Indígena: questão incontornável para a revolução latino americana

Carmen Susana Tornquist

Resenha de: BERRÍOS, Claudio Cavieres. *Hacia una modernidad arcaica: Amauta, Mariátegui y la querella en torno al indigenismo*. Valparaíso: Ediciones Inubicalistas, 2020, 213p.

Nos últimos anos, finalmente, a obra de José Carlos Mariátegui tem sido alvo de atenção Brasil, país onde foi pouco conhecida até recentemente. De um lado, pelas lentes do chamado pensamento de-colonial, o pensador peruano tem sido evocado como inspiração (sobretudo por Quijano e Dussel) e sua chancela deve-se sobretudo à colocação da temática da raça no centro de uma teoria própria, ancorada nesta particularidade latino-americana. De outro lado, por outra chave de leitura – e mais antiga – é a marxista (de onde, inclusive, advém Quijano), em particular, as perspectivas romântico-revolucionárias, como caracteriza Michael Löwy, que o considera o primeiro marxista da América latina, produzindo a primeira análise original da formação social latino-americana, articulando aspectos locais com o capitalismo central em uma relação de subordinação e dependência. A articulação entre o local e o universal, presente também na forma como Mariátegui conecta tradição e modernidade (de onde a classificação junto aos românticos), movida pela incessante busca do novo corresponderia, na visão de Claudio Berríos Cavieres, a uma *modernidade arcaica*, forma como Mariátegui tratou da questão indígena, expressando – e superando – os indigenismos do tempo histórico que lhe tocou viver. Publicado ainda no calor das revoltas de 2020, no Chile, a obra faz parte de seu trabalho como historiador e filósofo, desenvolvida junto ao CEPIB (Centro de Estudios sobre el Pensamiento Ibero Americano, da Universidade de Valparaíso) e fruto de sua interlocução com colegas de outros centros de reflexão sobre o pensamento social latino americano.

A obra contém três capítulos, em 200 páginas, trazendo um “Archivo gráfico” onde apresenta imagem da revista Amauta, em particular os números que contêm o “caldo grosso” do que o autor denominou de querela indigenista. O mote do livro é a posição de Mário Vargas Llosa expressa em “La utopia arcaica: José Arguedas y las ficciones del indigenismo”, obra de 1996, onde o autor defende que o indigenismo peruano – entre os quais Mariátegui e Arguedas – repousaria em ideias irrealistas, uma vez que o Perú necessitaria, para tornar-se moderno e globalizado, abandonar ideias arcaicas que sonhariam com um futuro centrado na volta do incaísmo. Estas promoveriam ilusões quanto aos povos indígenas, cujo destino histórico, para Llosa, seria, ao contrário, o seu desaparecimento.

Berríos procura ao longo do livro, desconstruir esta ideia, retomando-a com firmeza no último capítulo, onde postula o conceito de *Modernidade Arcaica*. Apoiado em autores e autoras de grande relevância e atualidade para pensar a obra do pensador, como Flores Galindo, Luis Vitale, José Aricó, René Zavaleta, Miguel Mazzeo, Michael

Löwy, Fernanda Beigel, Oscar Terán, entre outros, a obra analisa os conteúdos da Revista Amauta, na qual estariam presentes os elementos centrais desta proposição. A análise não se limita, todavia, à análise da Revista, já que o editorialismo programático, tal como definiu Fernanda Beigel, envolveu uma ampla rede de publicações que expressavam opiniões de diferentes grupos políticos do campo progressista do início do século XX. Berríos adverte o leitor sobre a diferença entre indigenismo e indianismo: o primeiro correspondendo à corrente de luta levada a cabo por não-indígenas, e o segundo correspondendo aos movimentos mais recentes, protagonizados por indígenas, em vastas áreas da América latina. A superação histórica deste indigenismo original – e revolucionário – implica em uma recuperação do contexto em que se situa a síntese proposta por Mariátegui, em 1928, expresso na sua obra máxima (*Siete Ensayos de Interpretación sobre la realidad peruana*) e nas teses enviadas ao Primeiro Congresso da Internacional Comunista da América Latina, em 1929. Superando os elementos filantrópicos, culturais e educacionais colocados pelo indigenismo de sua época, Mariátegui coloca a questão indígena em um patamar ainda hoje irresolvido: a centralidade da dimensão econômica do “problema indígena” e a necessidade de inclusão do elemento indígena na construção do socialismo americano.

A revista Amauta circulou entre os setores progressistas da América latina-sobretudo de colonização hispânica -, entre 1926 e 1930, tendo alcançado 30 números, sendo três deles editados posteriormente à morte de Mariátegui. Entre os números 1 e 17 é que se travou o principal debate teórico e político. Entre os números 5 e 15 foi criado o encarte: *El Proceso del Gamonalismo – Boletín de Defensa Indígena*, onde se encontravam textos que expressavam diferentes vertentes do indigenismo efervercente que mobilizava os Andes naquele então. Mas a presença indígena será um constante no projeto editorial da revista do início ao fim, à exceção dos três último números: seu nome, as capas, encartes e imagens, artigos e editoriais. Mais ainda, como bem destaca Berríos, não será mera causalidade o abandono do primeiro nome que a revista chegou a receber (*Vanguardia*) em prol do denominativo correspondente a líder quechua (*Amauta*), que abrirá com chave de ouro os trabalhos do periódico e que se confundirá, a partir de então, com o próprio protagonismo de Mariátegui. De onde, inclusive, seus companheiros lhe chamavam de Amauta). *Vanguardia* fora inclusive anunciada na revista *Claridad* semanas antes de sua primeira aparição e sua substituição por Amauta expressa não apenas o ritmo com que avançava a reflexão no campo de interlocução mariateguista como também é expressão paradigmática de como Mariátegui foi concebendo a modernidade no Peru: assentada em elementos originais decorrentes do passado indígena mas articulada com ao avanço da técnica e da ciência ocidental, incluindo-se aí o marxismo, ao qual o periodista se filiou de forma irreversível e contundente.

A partir do número 18, a revista expressará a colocação da temática em um outro patamar: diminuta do ponto de vista quantitativo - poucos textos serão publicados sobre o tema, a partir de então - mas esta será incluída como peça crucial do projeto de nação (e de revolução) que Mariátegui irá tecendo junto a seus interlocutores socialistas. Embora Berríos não reporte a este aspecto, é importante destacar que em 1928 Mariátegui está à frente do grupo que cria a Central Geral de Trabalhadores do Peru),

assumindo a edição de *Labor*, periódico que publica sistematicamente artigos sobre indígenas, em especial sobre as condições de trabalho que estes sofriam nas fazendas e das minas. *Labor* circulará de forma capilarizada nos principais centros de exploração capitalista da serra, atingindo diretamente os indígenas trabalhadores, na sua dura experiência de exploração onde classe e raça (ou etnia) se fazia evidente.

Em *Amauta*, a presença indígena se expressa pelo projeto gráfico, com obras do indigenismo pictórico peruano, muralismo mexicano e outros. Além das capas, há a difusão de obras artísticas locais compartilhando o espaço com as vanguardas estéticas europeias, como o surrealismo, expressando, também aí, a articulação da tradição indígena com a modernidade ocidental.

Após uma caracterização da situação das comunidades indígenas andinas, no primeiro capítulo, Berríos traz um recorrido sobre os intelectuais que promoveram uma mudança no olhar dominante, que ignorava a presença indígena no país, apesar desta ser a maioria da população (os 4/5 de que fala Mariátegui), de ter protagonizado revoltas armadas ainda no século XIX e no início do XX e ter vivido por largo tempo sem conhecer a miséria e a pobreza, no Tawantinsuyo. A virada teria como marco as obras de González Prada e de Clorinda de Matto Turner, na passagem do século XIX ao XX, que inauguram um caminho de sensibilização e humanitarismo com a denúncia das condições de vida a que eram submetidos *Nuestros indios*, como dizia González Prada. O impacto destas obras, anteriores ao indigenismo propriamente dito, da década seguinte, se produz pela oposição à *Belle époque* crioula, marcada pelo que, historicamente, correspondeu ao civilismo, no Peru, e que levou à constituição de um movimento político e intelectual conhecido como *Nueva Generación Peruana*.

A colocação do indígena no centro do discurso crítico, a partir de então, se dará, por diversas vias: arte, pensamento social e político. Emerge um sujeito indígena banhado de elementos da realidade concreta (subordinação, pobreza, invisibilidade, opressão). Publicações produzidas por grupos de diversas partes do país, para além de Cusco e de Lima, como *Ressurgimiento*, *Kuntur*, *El Norte*, *Boletín Titicaca* y *La Tea e La Sierra*, além da conhecida Associação Pró-indígena, de Dora Mayer e Pedro Zulen, tomarão a questão indígena como suas, e a colocarão no centro do debate dos meios progressistas, em franca oposição ao hispanismo e ao criolismo, expressão das classes dominantes.

Destaca-se ainda o papel desempenhado pelo movimento estudantil, bastante sensível às reverberações de Córdoba depois de 1918, com a organização das Universidades Populares González Prada e com incorporação do indígena pelas vanguardas artísticas. A confluência desta “nova geração peruana”, de cariz cosmopolita e simpática às revoluções mexicana e à soviética encontrará na revista *Amauta* um espaço privilegiado de expressão.

No capítulo 2, Berríos nos apresenta, de forma bastante didática, as ideias centrais dos indigenistas que tiverem contos, poemas e ensaios publicados em *Amauta* com frequência ou com destaque, mesmo que díspares entre si ou com o próprio editor. Valcárcel, Dora Mayer de Zulen, José Uriel García, Abelardo Solís, Gamaliel Churata, Ernesto Reyna, entre outros, trazem as experiências dos povos andinos, sua relação com os gamonales (fazendeiros), a presença de elementos tidos como feudais nas relações

sociais, a capacidade de sobrevivência dos *ayllus* na Sierra, os limites das políticas integracionistas promovidas pelo governo, os processos de sincretismo decorrentes do contato do povos andinos com os europeus.

Um aspecto que Mariátegui irá destacar, a partir destes elementos ficcionais e documentais, será a forma como os indígenas eram tratados pelo Estado demoburguês peruano, que, não obstante algumas iniciativas políticas (e um significativo uso político das precárias conquistas por parte do governo de Leguía), uma vez que, apesar uma retórico “pró indígena”, no plano econômico este seguia promovendo o agravamento da exploração econômica. Aliás, dos argumentos mais instigantes de “*Os sete ensaios...*” é justamente o fato de que o regime republicano peruano ao instaurar de forma definitiva o regime de propriedade privada da terra no país, agravou a situação dos *povos originários* (a expressão não é usada pelo autor) uma vez que retringira o acesso à terra e, ademais, os forçou, por exemplo, a prestarem serviços compulsórios nas grandes estradas de ferro (*las grandes viales*) que estavam sendo construídas por grandes empresas inglesas, e logo a seguir, norte americanas. Desta forma, pelas lentes de Mariátegui, a natureza do Estado demoliberal – representante da classe dominante - não poderia resolver o problema indígena, dada sua própria natureza de classe e condição subalterna ao imperialismo.

Mariátegui colocará estas perspectivas em interlocução, mas garantindo a orientação doutrinária do debate, seja na via de artigos próprios – inclusive em outras revistas- seja pelos editoriais de Amauta. O debate com Luis Alberto Sánchez, que se encerra com o conhecido artigo *Polémica finita*, de 1927 (n. 3), expressa bem sua visão sobre a querela indigenista, mas também sobre como ele concebia a construção de um programa político e do conhecimento. O autor recusa a crítica feita à Mariátegui naquele momento de que Amauta seria excessivamente eclética. Ao contrário, argumenta Berríos, a colocação do debate enquanto tal, inconcluso, até um certo momento, compunha o objetivo mesmo da revista, que se inicia com a polêmica para terminar com uma conclusão dela derivada, no sentido da sua superação: “Um programa é posterior à polêmica e não anterior à ela”, dirá o Amauta. E, de fato, a partir do n. 17, a temática indígena aparecerá de forma mais sintética nas páginas de Amauta: articulada à construção de um projeto de nação e da organização da classe trabalhadora na CGTP e em um partido socialista.

Se a leitura dos dois primeiros capítulos permite ao leitor brasileiro o acesso a um contexto um tanto diverso do que marca o nosso indigenismo nacional – no qual encontramos poucas expressões do componente revolucionário e socialista do indigenismo andino – o terceiro capítulo nos parece ser bem adequado para pensar nosso contexto. Intitulado *Mariátegui y el indigenismo como constructo de nacionalidad*, é o capítulo que apresenta as relações do marxismo com o indigenismo e pontua os aspectos decorrentes da síntese anterior, que alça o tema indígena ao tema do seu lugar em um projeto nacional. Mariátegui escaparia das armadilhas do binarismo que opõe humanismo liberal e um anti-ocidentalismo extremo: como proposta moderna, propõe a incorporação do indígena como sujeito histórico, fazendo deste partícipe do movimento de emancipação humana, este último, em termos mariáteguianos, forçosamente socialista.

Mariátegui não está preocupado, diz Berríos, em acomodar o indígena dentro de uma ordem moderna – *capitalista* - supostamente melhor, mas sim, introduzir a larga experiência indígena em um projeto de nação inovador, transformador. Para ele, modernidade e o capitalismo não correspondem a processos de mesma natureza. Este teria que forçosamente incluir o sujeito político indígena, não apenas pela sua pujança demográfica – correspondente a sua capacidade laboral, posto ser parte da classe trabalhadora na região – mas também pela capacidade que demonstrou, ao longo dos séculos, de manter sua forma particular de viver – organizar a reprodução da vida no espaço comunitário, que logrou preservar. Sendo assim, o *ayllu* expressão máxima e concreta experiência daquilo que chamamos hoje de cosmologia indígena, forma de ver o mundo em que trabalho e vida, homem e natureza, saber e mito, indivíduo e grupo não estão separados de forma radical. Esta tradição poderia – e deveria – ser recuperada por um projeto socialista de nação. Afinal, como nos mostra Berríos, não haveria condições de nossas burguesias nacionais serem, de fato, anti-imperialistas: a análise de Mariátegui, em *Sete Ensaíos*, sobre o tema, e que referendará a tese *Punto de vista anti-imperialista* segue sendo bastante atual: uma transformação radical na América Latina não pode contar uma suposta burguesia nacionalista, esta sim, alvo de ilusões que tem levado a região ao desespero de seu povo.

Leitores brasileiros provavelmente ficarão com dúvidas sobre o alcance da obra Berríos (e de Mariátegui) para pensar nosso país: demograficamente, indígenas são minoria, aqui; nem são camponeses. Porém, também nossas burguesias não são nacionalistas nem anti-imperialistas; as vanguardas artísticas que expressam nossas questões candentes, não cessam - desde 1922, – de trazer os elementos étnicos como parte da nação e, ao mesmo tempo, de nossa universalidade; nossos indígenas têm resistido e lutado ao longo de séculos contra a expropriação de seus territórios e pelo seu reconhecimento social, inclusive, como trabalhadores; seu modo de vida, em grande medida, aponta para o comunitarismo que persiste nos *ayllus* – e fora delas, por toda *Nuestra América*; e, mais ainda, o dito problema indígena, mais do que nunca se revela, aqui, como uma questão diretamente relacionada à propriedade da terra – à economia. E a capacidade de luta e de enfrentamento do movimento indígena – “obra dos próprios índios”, como dizia Mariátegui, – vem crescendo no Perú, no Chile, no Brasil.....

Resenha recebida em 24.10.2021

Aprovada em 6.12.2021